

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – Garantias processuais e o sistema acusatório.....	3
1.1. Princípios processuais penais	3
1.2. A Convenção Americana de Direitos Humanos e as garantias processuais	4
1.3. Garantia do juiz independente e imparcial	8
1.4. Garantia do juiz natural	12
1.5. Garantias do contraditório e ampla defesa	18
1.6. Garantia da igualdade de partes	22
1.7. Garantia do estado de inocência	23
1.8. Garantia da motivação	25
1.9. Garantia da publicidade	29
1.10. Garantia do duplo grau de jurisdição	32
1.11. Garantia do processo no prazo razoável	33
1.12. Garantia do devido processo legal	41
1.13. A regra da proporcionalidade e as garantias processuais	42
1.14. Sistemas processuais: processo penal acusatório e inquisitório	49
1.14.1. Características	49
1.14.2. A essência do processo penal acusatório	50
1.14.3. Processo acusatório e iniciativa probatória do juiz	51
CAPÍTULO 2 – Lei processual penal no tempo, no espaço e sua interpretação... 	53
2.1. A lei processual penal no tempo	53
2.1.1. Normas processuais penais puras e mistas e o direito intertemporal	54
2.1.2. Direito intertemporal: problemas específicos	57
2.1.2.1. Normas sobre procedimento	57
2.1.2.2. Normas sobre prova	58
2.1.2.3. Normas sobre recursos	58
2.1.2.4. Normas sobre prisão e liberdade	61
2.2. A lei processual penal no espaço	62
2.3. Interpretação da lei processual penal	64

CAPÍTULO 3 – Inquérito policial e outras formas de investigação preliminar	69
3.1. Noções gerais	69
3.2. Inquérito policial: finalidade	70
3.3. Inquéritos extrapoliciais	71
3.4. Natureza jurídica e características	71
3.5. Dispensabilidade do inquérito	74
3.6. Âmbito de atuação da autoridade policial.	74
3.7. Início do inquérito policial	76
3.8. <i>Notitia criminis</i> : conceito e espécies	79
3.9. Diligências	79
3.10. Identificação criminal	82
3.11. Indiciamento	84
3.12. Incomunicabilidade do preso	85
3.13. Término do inquérito policial	85
3.14. Arquivamento do inquérito policial	87
3.15. Vícios do inquérito policial	90
3.16. Valor probatório	90
3.15. Investigação pelo Ministério Público	92
3.16. Investigação pela defesa	95
CAPÍTULO 4 – Ação penal	97
4.1. Noções gerais sobre o direito de ação	97
4.1.1. Teorias imanentistas do direito de ação	97
4.1.2. Teorias (autonomistas) concretas do direito de ação	98
4.1.3. Teorias (autonomistas) abstratas do direito de ação	98
4.1.4. Teoria da ação de Liebman	99
4.2. Condições da ação penal	100
4.2.1. Possibilidade jurídica do pedido	100
4.2.2. Interesse de agir	102
4.2.3. Legitimidade de partes	103
4.2.4. Justa causa para a ação penal	105
4.2.5. Carência da ação: distinção entre condições da ação e mérito	110
4.3. Classificação da ação penal	115
4.3.1. Classificação quanto à forma de tutela jurisdicional pleiteada	115
4.3.2. Critério subjetivo de classificação	118
4.3.3. Determinação da espécie de ação penal	118
4.3.4. Razão de ser das espécies de ação penal	120
4.3.5. Características fundamentais das espécies de ação penal	120
4.4. Ação penal pública incondicionada	121
4.4.1. Noções gerais	121
4.4.2. Princípios	121
4.5. Ação penal pública condicionada à representação do ofendido..	122
4.6. Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça	124
4.7. Ação penal de iniciativa privada	125

4.7.1. Princípios	125
4.7.2. Queixa	125
4.8. Extinção da punibilidade relacionada com a ação penal	127
4.8.1. Decadência	127
4.8.2. Renúncia ao direito de queixa	128
4.8.3. Perdão do ofendido	128
4.8.4. Perempção	129
4.9. Denúncia ou queixa	130
4.9.1. Requisitos da denúncia ou queixa	130
4.9.1.1. Exposição do fato com todas as circunstâncias	131
4.9.1.2. Qualificação do acusado	132
4.9.1.3. Classificação do crime	132
4.9.1.4. Rol de testemunhas	133
4.9.1.5. Elementos autenticativos	133
4.9.2. Aditamento da denúncia	134
CAPÍTULO 5 – Ação civil ex delicto	135
5.1. Noções gerais	135
5.2. Restituição, ressarcimento, reparação e indenização	135
5.3. Ação penal e ação civil ex delicto	136
5.4. Sentença penal condenatória e seus efeitos civis	137
5.5. Sentença condenatória e o responsável civil	139
5.6. Rescisão do julgado penal	140
5.7. Efeitos civis da absolvição penal	141
5.7.1. Absolvição por excludentes de ilicitude	143
5.7.1.1. Legítima defesa	143
5.7.1.2. Estado de necessidade	144
5.7.1.3. Estrito cumprimento do dever legal	144
5.7.1.4. Exercício regular de direito	145
5.8. Vinculação da absolvição e contraditório	145
CAPÍTULO 6 – Competência	147
6.1. Noções gerais	147
6.2. Concretização da competência	149
6.3. Da norma sobre competência: critério de competência e fator de coligamento	152
6.4. Critérios de distribuição de competência	154
6.4.1. Competência pelo lugar da infração	157
6.4.2. Competência pelo domicílio ou residência do réu	160
6.4.3. Competência pela prevenção	162
6.4.4. Competência pela natureza da infração	163
6.4.5. Competência pela distribuição	164
6.4.6. Competência por prerrogativa de função	166
6.5. Prorrogação da competência	169
6.5.1. Noções preliminares	169

6.5.2. Prorrogação de competência: conceito e espécies	171
6.5.3. Conexão	172
6.5.4. Continência	175
6.5.5. Efeitos da conexão e da continência	176
6.5.6. Dos critérios de definição do foro prevalecente	178
6.5.7. Desaforamento	183
6.5.8. Incidente de deslocamento da competência para a Justiça Federal, em crimes que violam direitos humanos	183
6.6. Disposições especiais sobre competência	184
CAPÍTULO 7 – Sujeitos processuais	187
7.1. Juiz	187
7.1.1. Dos impedimentos e incompatibilidades dos juízes	187
7.1.1.1. Hipóteses de impedimentos	188
7.1.1.2. Hipóteses de incompatibilidades	191
7.1.1.3. Procedimento	192
7.1.1.4. Efeitos	192
7.1.2. Suspeição do juiz	192
7.1.2.1. Hipóteses de suspeição	192
7.1.2.2. Abstenção do juiz	194
7.1.2.3. Atos do juiz suspeito	194
7.1.2.4. Suspeição dos jurados	194
7.2. Peritos, intérpretes, serventuários ou funcionários da Justiça	194
7.3. Ministério Público	195
7.3.1. Natureza jurídica	195
7.3.2. Parte interessada ou “parte imparcial”	196
7.3.3. Princípios do Ministério Público	197
7.3.4. Impedimentos do Ministério Público	198
7.4. Autoridade policial	200
7.5. Acusado	200
7.5.1. Questões terminológicas	200
7.5.2. Pessoa jurídica	200
7.5.3. A autodefesa do acusado	201
7.5.4. Revelia do acusado	201
7.6. Defensor	201
7.6.1. Defesa técnica	201
7.6.2. Finalidade da defesa	202
7.6.3. Aspectos terminológicos	202
7.6.4. Defesa técnica necessária, indisponível e efetiva	202
7.6.5. Momento inicial da defesa técnica	203
7.7. Curador	204
7.7.1. Finalidade	204
7.8. Assistente de acusação	205
7.8.1. Finalidade	205

7.8.2. Cabimento	206
7.8.3. Momento	207
7.8.4. Legitimados	208
7.8.5. Poderes do assistente	210
7.8.6. O assistente e a testemunha	211
CAPÍTULO 8 – Questões e processos incidentes	213
8.1. Questões e processos incidentes	213
8.2. Questões prejudiciais	214
8.2.1. Noções gerais	214
8.2.2. Classificações	215
8.2.3. Questões prejudiciais sobre estado das pessoas	216
8.2.4. Questões prejudiciais diversas do estado das pessoas	218
8.2.5. Legitimados	220
8.2.6. Momento de arguição	220
8.2.7. Recurso	221
8.3. Da exceção de suspeição e da alegação de impedimento e incompatibilidade	221
8.3.1. Exceção de suspeição	222
8.3.1.1. Abstenção do juiz	222
8.3.1.2. Legitimados	222
8.3.1.3. Momento da arguição	223
8.3.1.4. Procedimento	223
8.3.1.5. Exceção de suspeição dos jurados	225
8.3.1.6. Exceção de suspeição do representante do Ministério Público	225
8.3.1.7. Exceção de suspeição dos peritos, intérpretes, serventuários ou funcionários da Justiça	226
8.3.1.8. Suspeição da autoridade policial	226
8.3.2. Da alegação de impedimentos e incompatibilidades	226
8.3.2.1. Procedimento	226
8.4. Da exceção de incompetência	227
8.4.1. Hipóteses de incompetência	227
8.4.2. Abstenção do juiz	228
8.4.3. Legitimados	228
8.4.4. Momento da arguição	229
8.4.5. Procedimento	229
8.5. Exceção de litispendência e de coisa julgada	230
8.5.1. Distinção	230
8.5.2. Legitimados	232
8.5.3. Momento de arguição	232
8.5.4. Procedimento	232
8.5.5. Recurso	233
8.6. Exceção de ilegitimidade de parte	233
8.6.1. Cabimento	233
8.6.2. Legitimados	234

8.6.3. Momento de arguição	234
8.6.4. Procedimento	235
8.6.5. Recurso	235
8.7. Da restituição das coisas apreendidas	235
8.7.1. Das coisas que podem ser apreendidas e restituídas	236
8.7.2. Legitimados	236
8.7.3. Momento	237
8.7.4. Quem pode determinar a restituição da coisa apreendida	238
8.7.5. Requisitos	238
8.7.6. Procedimento	239
8.7.7. Destino das coisas não restituídas	241
8.7.8. Natureza jurídica	241
8.8. Incidente de falsidade documental	242
8.8.1. Cabimento	242
8.8.2. Legitimados	244
8.8.3. Momento	244
8.8.4. Procedimento	245
8.9. Incidente de insanidade mental	246
8.9.1. Cabimento	246
8.9.2. Legitimados	247
8.9.3. Momento	247
8.9.4. Procedimento	247
8.9.5. Resultado do laudo	249
CAPÍTULO 9 – Comunicação dos atos processuais	253
9.1. Atos de comunicação processual	253
9.2. Citação	253
9.2.1. Noções gerais e espécies de citação	253
9.2.2. Citação por mandado	254
9.2.3. Citação por edital	259
9.2.4. Citação com hora certa	261
9.2.5. Citação e revelia	262
9.2.6. Vícios da citação	263
9.3. Intimação	264
CAPÍTULO 10 – Da prova	265
10.1. Teoria geral da prova	265
10.1.1. Noções preliminares	265
10.1.2. Processo penal, prova e verdade	266
10.1.3. Conceitos e significados sobre a prova	269
10.1.4. Meios de prova e meios de obtenção de prova	270
10.1.4.1. Meios de prova	271
10.1.4.2. Meios de obtenção de prova	272
10.1.5. Prova atípica e prova anômala	273

10.1.6. Prova emprestada	274
10.1.7. Objeto da prova	277
10.1.8. Momentos probatórios	278
10.1.9. Prova por videoconferência	279
10.1.10. Provas ilícitas	283
10.1.10.1. Provas ilícitas e provas ilegítimas: distinções	283
10.1.10.2. Uma nova proposta de conceituação das provas ilícitas	285
10.1.10.3. Prova ilícita por derivação	289
10.1.11. Sistemas de valoração da prova	291
10.1.12. Ônus da prova	291
10.1.12.1. Noções gerais	291
10.1.12.2. Ônus da prova: espécies	292
10.1.12.3. Ônus da prova quanto aos elementos do crime	293
10.1.13. Critérios de decisão: o problema dos <i>standards</i> probatórios	298
10.2. Exame de corpo de delito e outras perícias	300
10.2.1. Conceito	300
10.2.2. Características	301
10.2.3. Classificações	301
10.2.4. Perito	301
10.2.5. Corpo do delito e exame de corpo de delito	302
10.2.6. Exame de corpo de delito direto e indireto	303
10.2.7. Procedimento probatório	304
10.2.8. Valor probatório	306
10.3. Interrogatório	307
10.3.1. Natureza jurídica	307
10.3.2. Características	308
10.3.3. Local do interrogatório	309
10.3.4. Procedimento e conteúdo	310
10.3.5. Valor probatório	311
10.4. Confissão	311
10.4.1. Conceito e elementos	311
10.4.2. Natureza jurídica	312
10.4.3. Classificações	312
10.4.4. Características	312
10.4.5. Valor probatório	313
10.5. Delação ou chamamento do corréu	314
10.5.1. Conceito	314
10.5.2. Natureza jurídica	314
10.5.3. Requisitos	315
10.5.4. Valor probatório	315
10.6. Declarações do ofendido	316
10.6.1. Posição do ofendido no processo penal	316
10.6.2. Diferenças entre o ofendido e as testemunhas	316
10.6.3. Natureza jurídica	316

10.6.4. Procedimento probatório	317
10.6.5. Valor probatório	317
10.7. Prova testemunhal	318
10.7.1. Conceito	318
10.7.2. Características	318
10.7.3. Classificações	319
10.7.4. Dever de depor, proibição de depor e dispensa de depor	320
10.7.5. Lugar do depoimento	321
10.7.6. Procedimento probatório	322
10.7.7. Contradita	324
10.7.8. Valor probatório da prova testemunhal	325
10.8. Acareação	327
10.8.1. Conceito e características	327
10.8.2. Procedimento probatório	327
10.8.3. Valor probatório	328
10.9. Reconhecimento de pessoa ou coisa	328
10.9.1. Conceito	328
10.9.2. Procedimento	329
10.9.3. Valor probatório	330
10.10. Prova documental	332
10.10.1. Conceito	332
10.10.2. Características	332
10.10.3. Espécies	332
10.10.4. Documento eletrônico	333
10.10.5. Procedimento probatório	334
10.10.6. Valor probatório	335
10.11. Indícios e presunções	336
10.11.1. Conceito	336
10.11.2. Raciocínio indiciário	336
10.11.3. Valor probatório	337
10.11.4. Indícios e presunções	337
10.11.5. Espécies de presunções	338
10.11.6. Presunções simples, presunções relativas e o ônus da prova	339
10.11.7. Presunções absolutas	340
10.12. Busca e apreensão	340
10.12.1. Busca domiciliar	341
10.12.2. Busca pessoal	343
10.12.3. Procedimento da busca e apreensão	346
10.13. Interceptação telefônica	348
10.13.1. Questões terminológicas	348
10.13.2. Disciplina constitucional	349
10.13.3. Âmbito de aplicação da Lei nº 9.296/1996	353
10.13.4. Natureza jurídica da medida	353
10.13.5. Requisitos para a interceptação telefônica	354

10.13.6. Legitimados e momento	356
10.13.7. Juiz e competência	357
10.13.8. Procedimento probatório	358
10.13.9. Valor probatório	363
CAPÍTULO II – Sentença e coisa julgada	367
11.1. Sentença	367
11.1.1. Conceito	367
11.1.2. Classificação e denominações	368
11.1.3. Requisitos da sentença	368
11.1.4. Sentença absolutória	370
11.1.5. Sentença condenatória	372
11.1.6. Intimação da sentença	372
11.1.7. Efeitos da sentença	373
11.2. Correlação entre acusação e sentença	374
11.2.1. Noções gerais	374
11.2.2. <i>Emendatio libelli</i> (CPP, art. 383)	375
11.2.3. <i>Mutatio libelli</i> (CPP, art. 384)	376
11.3. Coisa julgada	381
11.3.1. Noções gerais	381
11.3.2. Coisa julgada formal	382
11.3.3. Coisa julgada material	383
11.3.4. Limites objetivos da coisa julgada	383
11.3.4.1. Problemas específicos	384
11.3.5. Limites subjetivos da coisa julgada	386
11.3.5.1. Problemas específicos	387
CAPÍTULO 12 – Do Processo	389
12.1. Natureza do processo	389
12.2. Objeto do processo penal	394
12.2.1. A irrelevância da lide penal	394
12.2.2. A pretensão punitiva: pretensão material	402
12.2.3. O objeto do processo como o conteúdo da imputação penal	406
12.3. Dos chamados pressupostos processuais	408
CAPÍTULO 13 – Dos procedimentos: procedimento ordinário, sumário e sumaríssimo e procedimentos especiais	413
13.1. Noções preliminares	413
13.2. Do procedimento comum ordinário	416
13.2.1. Oferecimento da denúncia ou queixa	416
13.2.2. Possibilidade de rejeição da denúncia ou queixa	417
13.2.3. Citação do acusado	420
13.2.4. Resposta	420
13.2.5. Absolvição sumária	424

13.2.6. Recebimento da denúncia ou queixa	426
13.2.7. Audiência de instrução, debates e julgamento	427
13.2.7.1. Declarações do ofendido	427
13.2.7.2. Oitiva das testemunhas de acusação e de defesa	428
13.2.7.3. Esclarecimentos dos peritos	431
13.2.7.4. Acareações e reconhecimento de pessoas ou coisas	431
13.2.7.5. Interrogatório	432
13.2.7.6. Diligências complementares	433
13.2.7.7. Alegações finais	434
13.2.7.8. Sentença	437
13.3. Procedimento sumário	439
13.3.1. Aplicação do procedimento sumário	440
13.3.2. O novo procedimento sumário (arts. 531 e 538)	440
13.4. Do procedimento sumaríssimo nos juizados especiais criminais	442
13.4.1. Noções preliminares	442
13.4.2. Infração penal de menor potencial ofensivo	443
13.4.3. Processo penal consensual	445
13.4.3.1. Composição civil	446
13.4.3.2. Representação do ofendido	446
13.4.3.3. Transação penal	447
13.4.3.4. Suspensão condicional do processo	452
13.4.4. Procedimento	455
13.4.4.1. Termo circunstanciado	456
13.4.4.2. Audiência preliminar	457
13.4.4.3. Audiência de instrução e julgamento	459
13.5. Do procedimento dos crimes dolosos contra a vida: o Tribunal do Júri	463
13.5.1. Noções preliminares	463
13.5.2. Características constitucionais do júri brasileiro	465
13.5.2.1. Plenitude de defesa	465
13.5.2.2. Sigilo das votações	465
13.5.2.3. Soberania dos veredictos	467
13.5.2.4. Competência para julgar os crimes dolosos contra a vida	467
13.5.3. Procedimento no juízo de acusação	468
13.5.3.1. Oferecimento da denúncia ou queixa	469
13.5.3.2. Juízo de admissibilidade da acusação	469
13.5.3.3. Citação do acusado	469
13.5.3.4. Resposta	469
13.5.3.5. Réplica	470
13.5.3.6. Absolvição sumária do art. 397	470
13.5.3.7. Audiência de instrução, debates e julgamento	471
13.5.3.7.1. Declarações do ofendido	472
13.5.3.7.2. Oitiva das testemunhas de acusação e de defesa	472
13.5.3.7.3. Esclarecimentos dos peritos, acareações e reconhecimento de pessoas ou coisas	473

13.5.3.74. Interrogatório	473
13.5.3.75. Alegações finais	473
13.5.4. Pronúncia	474
13.5.5. Impronúncia	477
13.5.6. Absolvição sumária	478
13.5.7. Desclassificação	481
13.5.8. Juízo da causa – noções preliminares	483
13.5.9. Requerimento de diligências da acusação e da defesa	484
13.5.10. Preparo do processo	484
13.5.11. Desaforamento	485
13.5.12. Aceleração do julgamento	489
13.5.13. Ordem dos julgamentos	489
13.5.14. A função dos jurados e a organização do júri	490
13.5.15. Formação e convocação do júri	493
13.5.16. Do julgamento pelo júri	493
13.5.16.1. Verificação da presença das partes e testemunhas	493
13.5.16.2. Verificação da urna, chamada dos jurados e instalação	496
13.5.16.3. Pregão e adiamentos	496
13.5.16.4. Impedimentos, suspeições e incomunicabilidade dos jurados	497
13.5.16.5. Verificação das cédulas, sorteio dos jurados e recusas	499
13.5.16.6. Compromisso dos jurados	500
13.5.16.7. Oitiva da vítima e das testemunhas	501
13.5.16.8. Acareações, reconhecimentos de pessoas ou coisas e esclarecimentos dos peritos	502
13.5.16.9. Leitura de peças	502
13.5.16.10. Interrogatório do acusado	505
13.5.16.11. Uso de algemas	505
13.5.16.12. Debates orais	506
13.5.16.13. Vedação de utilização de argumentos	509
13.5.16.14. Juntada de documentos	511
13.5.16.15. Conclusão dos debates e esclarecimentos aos jurados	513
13.5.16.16. Provas essenciais e dissolução do conselho de sentença	513
13.5.16.17. Leitura dos quesitos	513
13.5.16.18. Sala secreta	514
13.5.16.19. Quesitos	514
13.5.16.20. Votação dos quesitos	518
13.5.16.21. Sentença	520
13.5.16.22. Desclassificação pelo conselho de sentença	521
13.5.16.23. Leitura da sentença	524
13.6. Procedimento dos crimes falimentares	524
13.6.1. Noções gerais	524
13.6.2. Extinção do inquérito judicial	525
13.6.3. Ação penal subsidiária	525
13.6.4. Sentença declaratória da falência	526

13.6.5. Recebimento da denúncia	526
13.6.6. Competência do juiz criminal	526
13.7. Do procedimento dos crimes praticados por funcionários públicos	527
13.7.1. Da revogação do procedimento especial pela Lei nº 11.719/2008	527
13.7.2. Cabimento do procedimento	528
13.7.3. Competência e foro por prerrogativa de função	530
13.7.4. Denúncia	530
13.7.5. Resposta escrita	531
13.7.6. Recebimento da denúncia	533
13.7.7. Rejeição da denúncia	535
13.8. Procedimento dos crimes contra a honra	535
13.8.1. Noções gerais	535
13.8.2. Cabimento	536
13.8.3. Audiência de reconciliação	537
13.8.4. Exceção da verdade	539
13.8.5. Exceção da notoriedade do fato	542
13.8.6. Pedido de explicações	542
13.9. Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial	544
13.9.1. Noções gerais	544
13.9.2. Procedimento para os crimes de ação penal de iniciativa privada	545
13.9.2.1. O exame pericial	546
13.9.2.2. Ação penal	548
13.9.3. Procedimento especial nos crimes de ação penal pública	551
13.9.4. Procedimento na lei da propriedade industrial	553
13.10. Do procedimento especial dos crimes de drogas	554
13.10.1. Noções gerais	554
13.10.2. Procedimento de drogas e as mudanças do CPP pela Lei nº 11.719/2008	556
13.10.3. Procedimento aplicável no caso de concurso de crimes	558
13.10.4. Inquérito policial	558
13.10.5. Oferecimento da denúncia	560
13.10.6. Possibilidade de rejeição da denúncia	561
13.10.7. Notificação	562
13.10.8. Resposta	562
13.10.9. Diligências	563
13.10.11. Juízo de admissibilidade da acusação	564
13.10.12. Possibilidade de absolvição sumária	566
13.10.13. Audiência de instrução e julgamento	566

CAPÍTULO 14 – Nulidade dos atos processuais..... 571

14.1. Noções gerais	571
14.2. Atos inexistentes	573
14.3. Nulidades absolutas	576
14.4. Nulidades relativas	577
14.5. Princípios relativos às nulidades	577

14.5.1. Princípio do prejuízo ou da instrumentalidade das formas	577
14.5.2. Princípio da causalidade	579
14.5.3. Princípio do interesse	579
14.6. Nulidades cominadas no CPP	580
14.7. Convalidação dos atos processuais	588
14.8. Meios para alegar as nulidades	590
CAPÍTULO 15 – Recursos	593
15.1. Teoria geral dos recursos	593
15.1.1. Fundamento do direito ao recurso	593
15.1.2. Conceito e classificações	594
15.1.3. Princípios relativos aos recursos	595
15.1.3.1. Taxatividade	595
15.1.3.2. Unirrecorribilidade das decisões	595
15.1.3.3. Fungibilidade recursal	595
15.1.3.4. Dialeiticidade	598
15.1.3.5. Disponibilidade	599
15.1.3.6. Irrecorribilidade das decisões interlocutórias	599
15.1.3.7. Personalidade dos recursos e proibição de <i>reformatio in pejus</i>	600
15.1.4. Efeitos dos recursos	601
15.1.4.1. Efeito devolutivo	602
15.1.4.2. Efeito suspensivo	602
15.1.4.3. Efeito regressivo ou iterativo	604
15.1.4.4. Efeito extensivo	604
15.1.5. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	605
15.1.5.1. Juízo de admissibilidade	605
15.1.5.2. Juízo de mérito	605
15.1.6. Requisitos de admissibilidade	606
15.1.6.1. Cabimento	606
15.1.6.2. Tempestividade	606
15.1.6.3. Regularidade procedimental	608
15.1.6.4. Ausência de fato impeditivo ou extintivo	608
15.1.6.4.1. Fatos impeditivos	609
15.1.6.4.2. Fatos extintivos	611
15.1.6.5. Legitimidade	612
15.1.6.6. Interesse	613
15.2. Apelação	615
15.2.1. Noções gerais	615
15.2.2. Requisitos de admissibilidade	615
15.2.2.1. Cabimento – CPP, art. 593	615
15.2.2.2. Tempestividade	618
15.2.2.3. Regularidade procedimental	620
15.2.2.4. Ausência de fato impeditivo ou extintivo	620
15.2.2.5. Legitimidade	621

15.2.2.6. Interesse	622
15.2.3. Procedimento	622
15.2.4. Efeitos da apelação	622
15.3. Recurso em sentido estrito	623
15.3.1. Noções gerais	623
15.3.2. Requisitos de admissibilidade	624
15.3.2.1. Cabimento – CPP, art. 581	624
15.3.2.2. Tempestividade	629
15.3.2.3. Regularidade procedimental	630
15.3.2.4. Ausência de fato impeditivo ou extintivo	631
15.3.2.5. Legitimidade	631
15.3.2.6. Interesse	632
15.3.3. Procedimento	632
15.3.4. Efeitos do recurso em sentido estrito	632
15.4. Embargos de declaração	633
15.4.1. Noções gerais	633
15.4.2. Requisitos de admissibilidade	634
15.4.2.1. Cabimento	634
15.4.2.2. Tempestividade	635
15.4.2.3. Regularidade procedimental	635
15.4.2.4. Legitimidade e interesse	635
15.4.3. Procedimento	636
15.4.4. Efeitos dos embargos de declaração	636
15.4.5. Suspensão ou interrupção do prazo de outros recursos	637
15.4.6. Julgamento dos embargos de declaração	637
15.5. Embargos infringentes e de nulidades	638
15.5.1. Noções gerais	638
15.5.2. Requisitos de admissibilidade	638
15.5.2.1. Cabimento (CPP, art. 609, parágrafo único)	638
15.5.2.2. Tempestividade	639
15.5.2.3. Regularidade procedimental	640
15.5.2.4. Legitimidade e interesse	640
15.5.3. Procedimento	641
15.5.4. Efeitos dos embargos infringentes	641
15.6. Carta testemunhável	642
15.6.1. Noções gerais	642
15.6.2. Requisitos de admissibilidade	642
15.6.2.1. Cabimento	642
15.6.2.2. Tempestividade	643
15.6.3. Procedimento	643
15.6.4. Efeitos da carta testemunhável	644
15.7. Correição parcial	644
15.7.1. Noções gerais	644
15.7.2. Requisitos de admissibilidade	644

15.7.2.1. Cabimento	644
15.7.2.2. Tempestividade	646
15.7.3. Procedimento	646
15.7.4. Efeitos da correição parcial	646
15.8. Recurso especial e extraordinário	647
15.8.1. Noções gerais	647
15.8.2. Pressupostos de admissibilidade dos recursos	647
15.8.2.1. Cabimento	647
15.8.2.1.1. Questões comuns	647
15.8.2.1.2. Hipóteses de cabimento do recurso extraordinário	650
15.8.2.1.3. Hipóteses de cabimento do recurso especial	653
15.8.2.2. Tempestividade	655
15.8.2.3. Ausência de fato impeditivo ou extintivo	655
15.8.2.4. Legitimidade	656
15.8.2.5. Interesse	656
15.8.3. Procedimento	657
15.8.4. Os recursos repetitivos no STF e no STJ	657
15.8.5. Efeitos do recurso especial e extraordinário	661
15.9. Agravo contra decisão denegatória de recursos especial e extraordinário	662
15.9.1. Noções gerais	662
15.9.2. A Lei nº 12.322/2010 e o novo agravo	663
15.9.3. Requisitos de admissibilidade	666
15.9.3.1. Cabimento	666
15.9.3.2. Tempestividade	666
15.9.4. Procedimento	667
15.9.5. Efeitos do agravo	670
15.10. Agravo em execução	671
15.10.1. Noções gerais	671
15.10.2. Requisitos de admissibilidade	671
15.10.2.1. Cabimento	671
15.10.2.2. Tempestividade	671
15.10.2.3. Legitimidade e interesse	672
15.10.3. Procedimento	672
15.10.4. Efeitos do agravo em execução	672

CAPÍTULO 16 – Habeas corpus..... **675**

16.1. Natureza jurídica	675
16.2. Notícias históricas	675
16.3. Tutela jurisdicional	676
16.4. Condições da ação	677
16.4.1. Possibilidade jurídica do pedido	677
16.4.2. Interesse de agir	678
16.4.3. Legitimidade	680
16.4.3.1. Legitimados ativos	680

16.4.3.2. Legitimado passivo	681
16.5. Pressupostos processuais	682
16.6. Competência	684
16.7. Procedimento	685
16.8. Ônus da prova	686
CAPÍTULO 17 – Revisão criminal	689
17.1. Noções gerais	689
17.2. Condições da ação	691
17.2.1. Possibilidade jurídica do pedido	691
17.2.2. Interesse de agir	695
17.2.3. Legitimidade	695
17.3. Pressupostos processuais	695
17.4. Procedimento	696
17.5. Ônus da prova	697
17.6. Efeitos da sentença absolutória	698
17.7. Coisa julgada	698
17.8. Indenização pelo erro judiciário	699
CAPÍTULO 18 – Medidas cautelares	701
18.1. Teoria geral da tutela cautelar processual penal	701
18.1.1. Espécies de medidas cautelares	701
18.1.2. Características das tutelas cautelares	702
18.1.2.1. Instrumentalidade hipotética	702
18.1.2.2. Acessoriedade	703
18.1.2.3. Preventividade	703
18.1.2.4. Provisoriedade	704
18.1.2.5. Cognição sumária	705
18.1.2.6. Referibilidade	707
18.1.2.7. Proporcionalidade	707
18.1.3. Legalidade das medidas cautelares penais	708
18.1.4. Processo cautelar e medidas cautelares penais	709
18.1.5. Tutela cautelar e a impossibilidade de antecipação de tutela no processo penal	711
18.2. Medidas cautelares pessoais	713
18.2.1. Características das medidas cautelares pessoais	715
18.2.1.1. Necessidade e adequação das medidas cautelares	715
18.2.1.2. A proporcionalidade da prisão preventiva: pena provável a ser aplicada	717
18.2.1.3. Contraditoriedade	720
18.2.1.4. Excepcionalidade da prisão preventiva	721
18.2.1.5. Cumulatividade	721
18.2.2. Prisão em flagrante	722
18.2.2.1. Conceito e finalidade	722
18.2.2.2. Classificação	722
18.2.2.3. Situação de flagrante	722

18.2.2.4. Situações especiais	723
18.2.2.5. Formalidades do auto de prisão em flagrante delito	725
18.2.2.6. Infração cometida na presença de autoridade ou contra autoridade	728
18.2.2.7. Comunicação da prisão em flagrante e sua apreciação judicial	728
18.2.3. Prisão preventiva	730
18.2.3.1. Momento para decretação	730
18.2.3.2. Legitimidade para requerer a prisão	731
18.2.3.3. Legitimidade para decretar a prisão	732
18.2.3.4. Requisitos positivos da prisão preventiva	732
18.2.3.4.1. Garantia da ordem pública	733
18.2.3.4.2. Garantia da ordem econômica	735
18.2.3.4.3. Conveniência da instrução criminal	737
18.2.3.4.4. Assegurar a aplicação da lei penal	737
18.2.3.4.5. A nova situação de <i>periculum libertatis</i> : o descumprimento de medida cautelar alternativa à prisão	738
18.2.3.5. Requisitos negativos para a decretação da prisão preventiva	740
18.2.3.6. Hipóteses de cabimento da decretação da prisão preventiva	741
18.2.3.6.1. A proporcionalidade com a pena provável a ser aplicada	743
18.2.3.7. Necessidade de fundamentação	744
18.2.3.8. Prisão domiciliar	746
18.2.3.9. Revogação da prisão preventiva	747
18.2.4. Prisão temporária	748
18.2.4.1. Hipóteses de cabimento	749
18.2.4.2. Momentos para a decretação da prisão temporária	750
18.2.4.3. Legitimados para requerer a prisão temporária	750
18.2.4.4. Prazo e término da prisão temporária	751
18.2.4.5. Fundamentação da decretação da prisão temporária	751
18.2.5. Medidas cautelares alternativas à prisão	752
18.2.5.1. Novas medidas alternativas à prisão preventiva	752
18.2.5.2. Natureza: as novas medidas alternativas à prisão são medidas cautelares?	753
18.2.5.3. Pressuposto, requisitos e hipóteses de cabimento das medidas alternativas à prisão	754
18.2.5.4. Características: preferibilidade e cumulatividade	756
18.2.5.5. Variabilidade das medidas cautelares alternativas à prisão	758
18.2.5.6. Taxatividade das medidas alternativas à prisão ou poder geral de cautela?	759
18.2.5.7. Medidas em espécie	761
18.2.5.7.1. Comparecimento periódico a juízo	761
18.2.5.7.2. Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares	763
18.2.5.7.3. Proibição de contato com pessoa determinada	764
18.2.5.7.4. Proibição de ausentar-se da comarca	766
18.2.5.7.5. Recolhimento domiciliar noturno	767
18.2.5.7.6. Suspensão de função pública ou atividade econômica ou financeira	769
18.2.5.7.7. Internação provisória do acusado imputável ou semi-imputável	773
18.2.5.7.8. Fiança	776

18.2.5.7.8.1. Cabimento e os crimes inafiançáveis	776
18.2.5.7.8.2. Cabimento e hipóteses de inafiançabilidade	779
18.2.5.7.8.3. Legitimidade para conceder a fiança	780
18.2.5.7.8.4. Valor da fiança	781
18.2.5.7.8.5. Destino dos bens dados em fiança	782
18.2.5.7.8.6. Vicissitudes da fiança: cassação, reforço, quebra e perda	783
18.2.5.7.9. Monitoração eletrônica	786
18.2.5.7.10. Proibição de ausentar-se do país	787
18.2.6. Liberdade provisória	788
18.2.6.1. Noções gerais	788
18.2.6.2. Natureza jurídica	789
18.2.6.3. Vedação da liberdade provisória	789
18.2.6.4. Classificação	790
18.2.6.5. Momento	791
18.2.6.6. Concessão da liberdade provisória	791
18.2.6.7. Liberdade provisória no caso de excludente de ilicitude	791
18.2.6.8. Liberdade provisória no caso do acusado "pobre"	792
18.2.6.9. Liberdade provisória mediante fiança	793
18.3. Medidas cautelares patrimoniais	793
18.3.1. Sequestro	794
18.3.1.1. Sequestro de bens imóveis	794
18.3.1.1.1. Objeto	794
18.3.1.1.2. Requisito	795
18.3.1.1.3. Legitimados	796
18.3.1.1.4. Momento	796
18.3.1.1.5. Finalidade	796
18.3.1.1.6. Levantamento	797
18.3.1.1.7. Influência do resultado do processo condenatório	798
18.3.1.2. Sequestro de bens móveis	798
18.3.1.3. Meios de defesa contra o sequestro de bens	799
18.3.1.4. Sequestro do Decreto-lei nº 3.240/1941: divergência sobre sua revogação ...	803
18.3.2. Especialização e registro da hipoteca legal	805
18.3.2.1. Objeto	805
18.3.2.2. Requisito	806
18.3.2.3. Legitimados	806
18.3.2.4. Momento	806
18.3.2.5. Procedimento	807
18.3.2.6. Finalidade	808
18.3.3. Arresto prévio à especialização e registro da hipoteca legal	808
18.3.4. Arresto subsidiário de bens móveis	809
Referências bibliográficas	811
Esquemas gráficos	843